

A ciência contemporânea e a fé

É hoje predominante em nosso ensino básico a ideia de que as descobertas da ciência moderna são incompatíveis com a fé num Deus único, transcendente, onipotente e criador de todo o universo. Dependendo do público ao qual os defensores dessa tese se dirigem, os argumentos levantados a favor dela variam desde a dramatização forçada do caso Galileu até a constatação de que surgem a cada momento no universo novas partículas, sem que possamos determinar a causa desse surgimento. Não pretendo examinar aqui o caso Galileu, mas apenas o segundo argumento, que exige um pouco de reflexão. Ele pode ser formulado do seguinte modo: se no universo constatamos fenômenos sem causa, então o próprio universo não tem uma causa; ora, constatamos nos universo fenômeno sem causa, portanto, o próprio universo não tem uma causa. Vejamos quais são os pressupostos desse argumento.

Em primeiro lugar, quem proclama o incessante progresso da ciência não cansa de admitir que esta faz novas descobertas constantemente. Se, pois, no atual estado da ciência não podemos determinar a causa de certos fenômenos, nada impede que venhamos a descobri-la num futuro não muito distante. Somente isso já é suficiente para prejudicar a força do argumento. Mas ainda há mais: as novas partículas que surgem no universo surgem dentro da ordem do universo e não a partir do nada absoluto. Quem afirma a possibilidade de o ser surgir a partir do nada absoluto não está defendendo uma tese de ciência natural, mas uma tese filosófica, uma tese metafísica.

Ora, a própria inteligência humana é incapaz de pensar a ideia de um nada absoluto, pois a ideia de nada nos é acessível apenas por meio da negação de algo existente para, ao mesmo tempo, afirmar outra coisa existente, ou, dito de outro modo, só nos é acessível o nada relativo. Para compreender o que digo, tomemos uma figura geométrica que não seja um círculo. Ao negar que ela seja um círculo, estou automaticamente afirmando que ela é outra figura geométrica, um triângulo ou um retângulo, por exemplo. Mas se afirmo que se trata de um círculo quadrado, estou afirmando um nada absoluto, algo impensável, um absurdo. Ora, a ciência nos mostra que o universo em que vivemos tem idade e que, desde sua origem, vem se desenvolvendo na direção de formas cada vez mais complexas. Isto significa que, no momento de sua origem, ele deveria ter uma forma extremamente simples e compacta, sendo perfeitamente concebível que um tal compacto não tenha existido desde sempre. Contudo, uma coisa é negar a existência eterna do universo, outra bem diferente é negar a existência de todo e qualquer ser (o que equivaleria a afirmar o nada absoluto, o absurdo completo). Esta última afirmação, se defendida por pessoas supostamente dotadas de consciência científica constitui o que se costuma chamar de um “tiro no pé”, pois equivale a afirmar o completo absurdo como origem e fundamento último do inteligível. Trata-se, de qualquer maneira, de uma afirmativa que pesquisa científica nenhuma conseguiria jamais provar, uma vez que as ciências naturais nos fornecem explicações sobre a sucessão de fenômenos que ocorrem num universo realmente existente e não da passagem de um não universo para o universo.

Restaria aos cientificistas afirmar que o universo é eterno e que deve-se dizer que seu desenvolvimento é cíclico. O problema é que, quando alguém o afirma, está supondo de modo implícito que a matéria é viva e inteligente; ou, dito de outro modo, que numa massa de moléculas de hidrogênio estava “escondida” — e bem escondida — a “programação” de todos os eternos ciclos que o universo deveria percorrer. Surge então uma pergunta que, novamente, extrapola os limites da ciência: por que essa matéria eterna, inteligente e autossuficiente “decidiu” se engajar numa

eterna e reiterada aventura cósmica? Examinaremos as consequências dessa pergunta em outra oportunidade.

Fabio Florence (florenceunicamp@gmail.com) é professor e membro do IFE Campinas.

Artigo originalmente publicado no jornal Correio Popular, edição 26/06/2019, página A2.

Passatempos no convés do Titanic

Para entendermos as coisas mais difíceis, o usual é basear-nos nas mais fáceis já aprendidas. Um recurso antiquíssimo para compreender situações complexas é o emprego da analogia. Seja por meio de metáforas, parábolas ou alegorias, os sábios deste mundo têm conseguido tornar acessíveis aos mais simples os grandes mistérios da vida. O termo grego analogia pode ser traduzido por proporção, que significa uma igualdade de razões ou de relações. Uma analogia nos indica o que há em comum entre duas situações de naturezas distintas.

C. S. Lewis, autor das Crônicas de Nárnia, apresenta uma interessante analogia entre os seres humanos e uma esquadra de navios. Ironicamente as pessoas entendem mais sobre navios, mesmo sem nunca ter pisado em um, do que sobre suas próprias vidas. Se devemos seguir o conselho do aforismo grego “conhece-te a ti mesmo”, então, tal comparação vem bem a calhar para examinar nossas vidas. Parece ser o caso, pois, segundo Sócrates, “uma vida não examinada não vale a pena ser vivida”. Prossigamos.

São três as questões que devem ser respondidas quando um navio está em alto mar. Primeiro, o que devemos fazer para evitar que o navio colida com outros navios ou se afaste da esquadra. Em segundo lugar, o que devemos fazer a fim de evitarmos que o navio afunde. Finalmente, qual é o seu destino e/ou missão. Tais questões navais na verdade apontam para questões éticas.

Dessa forma, a primeira questão indica a Ética Social. A esquadra, que representa a comunidade, só terá sucesso na viagem se todos os navios estiverem em formação, forem navegáveis e com máquinas em ordem. Ou seja, o coletivo depende de certa perfeição dos indivíduos que o compõem, alinhada com uma intencionalidade comum, que conjuntamente evitam danos uns aos outros. Há uma dependência mútua entre as boas condições da esquadra e de cada navio. Para o exercício pleno da liberdade de navegar, cada navio deve considerar a responsabilidade de permitir o mesmo para toda a esquadra. Vale a pena repetir: não existe liberdade sem responsabilidade. O que nos mostra que a segunda questão, que indica a Ética Individual, está intimamente ligada à primeira.

Assim, para evitar naufrágios, cada navio da esquadra deve estar em boas condições, bem equipado e com um excelente grupo de integrantes. Entre esses, destaca-se a suma importância do capitão, que deve conduzir todas as ações para o sucesso de sua missão. Analogamente, cada ser humano deve ser senhor de si mesmo. Como é bem sabido, um capitão não pode abandonar o navio. Do mesmo modo, uma pessoa não pode abandonar sua vida, deixando-a à deriva por mares tempestuosos. Como contra-exemplo de tal ideal, vimos recentemente a condenação de um ex-

capitão fujão pela justiça italiana. Na ocasião do naufrágio do cruzeiro Costa Concordia, o então capitão, que vergonhosamente abandonara o navio com passageiros ainda a bordo, teve de ouvir, por telefone, o oficial operativo da Guarda Costeira ordenar em bom italiano: “Torni a bordo, c*zzo!”. Uma boa exortação para que não deixemos o leme de nossas vidas.

A terceira questão, que por sua vez, indica a Ética Normativa, indaga acerca do porquê do navio ou da esquadra estarem no mar afinal de contas. A resposta a tal pergunta definirá o comportamento do navio para cumprir sua missão e chegar a seu destino. Para o ser humano, a resposta a tal questão é a mais importante, pois dela depende o sentido que encontrará para sua vida e que planos deve traçar para atingir seus objetivos.

Para concluir a analogia náutica, consideremos a atuação da orquestra do Titanic. Dentre todas as possibilidades diante do eminente naufrágio e da morte, os oito músicos, com idades entre 21 e 33 anos, optaram por tocar boa música para acalmar os passageiros, enquanto a tripulação carregava o número insuficiente de botes. Certamente, cada um deles conseguiu encontrar as respostas para as perguntas acima. Sigamos seus exemplos e encontremos as nossas.

Fábio Maia Bertato é Coordenador Associado do CLE - Unicamp e membro do IFE Campinas (fmbertato@cle.unicamp.br)

Artigo originalmente publicado no jornal Correio Popular, Edição de 8 de Maio de 2019, Página A2 - Opinião.

O empreendedor e a comunidade

Uma longa história de idealização da carreira pública, combinada com a difusão sistemática do discurso marxista da luta de classes, criou no Brasil um ambiente difícil para o empreendedor, especialmente para aquele que não se inclui no seleto grupo dos “amigos do rei”. Nos últimos anos, contudo, vem ganhando força entre nós um discurso liberal de extrema superficialidade que apregoa a criação de um ambiente de completa desregulamentação do mercado. A pergunta que então naturalmente se levanta é: como alcançar a via média da prudência entre os dois extremos?

Num país acostumado a exigir todas as soluções de seus problemas da parte de entes estatais, nada mais natural que esperar do governo um amplo conjunto de sábias reformas que, de um só golpe, eliminem os entraves para a atividade empreendedora e protejam o interesse público da comunidade como um todo. Sucede, no entanto, que, conforme assinalou Aristóteles, nem toda sociedade política alguém sábio o suficiente para dar-lhe um conjunto de leis que seja a expressão mesma da justiça. Por mais que o desejássemos, não teremos sempre à nossa disposição um Sólon ou um Péricles. Diante disso, a única saída para a manutenção de uma sociedade política saudável seria contar com um bom-senso medianamente distribuído entre os cidadãos. Ora, em que consiste esse bom-senso da parte do empreendedor?

Em primeiro lugar, cumpre saber que uma das maiores mentiras difundidas pelo pensamento

socialista nos últimos séculos foi a ideia de que empregadores e empregados são inimigos entre si e se engajam numa relação naturalmente injusta. A verdade é bem o contrário: do ponto de vista das relações humanas naturais, empregador e empregado auxiliam-se mutuamente, aquele assumindo certos riscos no lugar deste e, ao mesmo tempo, ensinando-o determinadas técnicas que adquiriu. O resultado desse encontro é a criação de um vínculo de proximidade que, de algum modo, se assemelha às relações familiares. As antigas corporações de ofício não eram outra coisa senão o resultado de longo prazo desta associação entre homens que se vinculavam de maneira que um assumia certos riscos e ensinava e outros se punham sob sua proteção e aprendiam, podendo, com o tempo, ocupar o lugar do antigo mestre.

Mas a tendência à criação de relações de proximidade e amizade no interior da corporação também apresenta uma frutuosa contrapartida no que diz respeito ao grupo social mais amplo em que ela está situada. Quando uma empresa se instala numa cidade pequena, a tendência é que seus funcionários sejam moradores locais ou que, se não o forem, que desenvolvam vínculos de proximidade e amizade com os habitantes da região. O empreendedor que tiver sabedoria buscará criar um ambiente de enraizamento de seus funcionários com pequenas comunidades locais, pois é a existência e o fortalecimento de relações de amizade que dotam a vida de sentido e dão à experiência do trabalho sua real dimensão: de um serviço de amor ao próximo (coisa que de nenhum modo exclui a justa remuneração, mas que, se estiver ausente, faz com que até mesmo o mais bem remunerado dos empregos resulte num tormento).

O fomento de relações desse tipo entre empreendedores, empregados e comunidade é algo factível em qualquer ambiente, mas tem maior chance de ser bem-sucedido em cidades de pequeno e médio porte do que em metrópoles. Nunca é demais lembrar que o crescimento desenfreado destas últimas esteve ligado a um modelo centrado em fábricas gigantescas, nas quais o trabalho era frequentemente mal remunerado e os empregados infelizes. Hoje a tendência, mesmo nas grandes empresas, é de um regime de trabalho em pequenas equipes, privilegiando laços de confiança e evitando ao máximo o recurso ao aparato judicial do Estado. Que os empreendedores saibam discernir esse sinal dos tempos e o aproveitem de maneira sábia.

Fabio Florence é professor de filosofia, tradutor e membro do IFE Campinas
florenceunicamp@gmail.com

Artigo originalmente publicado no jornal Correio Popular, Edição de 1º de Maio de 2019, Página A2 - Opinião.

O sentido da educação

Certa vez, um de meus professores narrou a história de como uma amiga sua, doutora em matemática, havia optado por seguir essa carreira: ainda nos anos do ensino fundamental, um professor reproduziu para a classe em que ela estava a demonstração de um teorema de geometria. Naquele momento, ela teve como que uma iluminação, percebendo que o teorema era verdadeiro e que não poderia ser de outro modo. A partir de então, ela decidiu dedicar-se à matemática pelo resto

da vida, para que pudesse reviver cotidianamente aquela experiência tão marcante. Meu professor indagou dela qual foi o teorema que lhe havia impactado tanto e recebeu como resposta um “não me lembro”. Este episódio nos revela que a experiência fundamental que preenche de sentido qualquer vida de estudos é o contato do estudante com a verdade, com a estrutura profunda do universo. Caso isso não aconteça, todo o esforço e os recursos empregados no processo de aprendizado vão por água abaixo. Infelizmente, é o que vem ocorrendo em nossas escolas e universidades. Por quê?

Desde o período iluminista, foi vencedora no meio pedagógico a ideia segundo a qual o ensino deve preparar o jovem antes para o mundo do trabalho que para o conhecimento da verdade. De acordo com esse discurso, que ressoa cada vez com maior força, a escola não deve transmitir conhecimento, mas habilidades exigidas pelo mercado. Longe de nós assumir uma postura ingênua e “saudosista”, segundo a qual no passado as coisas eram melhores; a sociedade moderna, com efeito, é orientada pelo vínculo estreito entre técnica e ciência e virar as costas para este fato seria algo no mínimo pueril.

Todavia, ocorre que boa parte das teorias científicas que servem de base para a construção de máquinas e instrumentos sofisticados de trabalho não correspondem à estrutura do universo, sendo apenas modelos que permitem a descrição de fenômenos com a finalidade de melhor dominá-los. Em outras palavras, são teorias que não se preocupam com o que as coisas são, mas apenas com o que se pode fazer com elas. Se tivermos em mente a constatação de Aristóteles, para quem todos os homens naturalmente desejam conhecer (entenda-se: conhecer a estrutura profunda do universo), perceberemos que há um descompasso entre o eixo em torno do qual se organiza nosso ensino e os anseios mais profundos da natureza humana. Não é de admirar, pois, que tantos jovens se revoltam contra a exigência a que são submetidos, a saber, de assimilar extensos conteúdos que não lhes fazem nenhum sentido. A velha desculpa de que “nunca vamos usar isso na vida” em muitos casos não é gratuita.

Como sair desse impasse? Em primeiro lugar, deve-se ter claro que o mundo moderno é uma sociedade do trabalho globalmente organizado em torno da aliança entre ciência e técnica e que seguir o caminho do “homem revoltado”, para quem devemos fazer uma crítica radical de tudo que aí está, só nos conduzirá a situações muito piores do que a atual. O caminho da prudência só pode, pois, apontar para um resgate inteligente de elementos milenares de nossa tradição pedagógica que, em seus momentos de maior sabedoria, mostrou que a finalidade da educação só pode ser desenvolver a inteligência humana até o limite de suas possibilidades, que vão muito além de operações técnicas. Resumindo: a inteligência desenvolvida ao máximo é capaz de contemplar a verdade, de alcançar a *theoría* (a visão global do universo pelas suas causas).

Alguém poderia indagar se um objetivo como esse não seria incompatível com o mundo moderno. Como resposta, evoco em favor de meu argumento um fato narrado pelo historiador francês Étienne Gilson: o sábio grego Arquimedes, que considerava a ciência como um meio para alcançar a contemplação, construiu muito mais máquinas que René Descartes, que considerava que a ciência deveria ser, antes de tudo, algo útil.

Fabio Florence (florenceunicamp@gmail.com) é professor de filosofia e membro do IFE.

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição de 23 de Janeiro de 2018, Página A2 - Opinião.

O que é autoridade espiritual?

No início de 2018 fui convidado por uma editora a revisar a primeira tradução brasileira do famoso *Index Librorum Prohibitorum*, editado pela Igreja Católica em 1564, obra que costuma ser citada ao grande público (especialmente aos alunos de colégios por professores de história que nunca o leram) como uma das grandes manchas na história da humanidade, um verdadeiro atentado contra a liberdade de expressão e de consciência. Depois de ser bombardeado durante anos com esse tipo de ideia, apliquei-me ao trabalho com curiosidade, para ver se aquilo que eu tinha ouvido era verdade.

Logo de partida fui surpreendido por duas coisas: a justificativa do *Index* escrita pelo Papa Pio IV não continha nada do que hoje se costuma chamar de “discurso de ódio”, sendo antes um exemplo de afetuosa preocupação com o saúde espiritual do povo. Entenda-se: numa época em que livros eram raros e — para um leitor individual — não era possível verificar se as informações neles contidas eram verdadeiras, cabia à única instituição composta por homens de grande cultura fazer uma triagem dos livros que circulavam, dizendo ao povo claramente o que poderia ser lido e o que deveria ser evitado.

Minha segunda surpresa foi a própria lista das obras cuja leitura era proibida: a maioria esmagadora dos títulos são aquilo que hoje podemos chamar de “sensacionalistas” e praticamente todos tratavam de religião. Coisas como *Alquimia do Purgatório*, *Aparição Noturna de Francisco*, *Da Terrível Ruína dos Habitantes de Jerusalém*, *Bula do Diabo*, *Sonho Pressagiador de Esdras* acerca dos destinos da monarquia romana. Ora, quem quer que tenha estudado um pouco de história sabe que o povo europeu do final da idade média e do renascimento era extremamente impressionável e que levava as emoções a níveis muito intensos (para uma melhor compreensão do digo, recomendo a leitura do primeiro capítulo da obra clássica de Johan Huizinga, *O Outono da Idade Média*). Pode-se, pois, imaginar os efeitos devastadores de ordem não só espiritual, mas também social, que a leitura de obras como as que foram proibidas teria causado.

Pois bem, se o estudo da história tem alguma serventia, ela não reside no fomento de saudosismos de uma época em que “as coisas eram melhores”, mas antes na colocação em evidência das possibilidades humanas e das consequências — boas ou más — que determinadas escolhas acarretaram aos homens. Levando isso em conta, podemos afirmar que a publicação e aplicação do *Index* foi um ato de autoridade espiritual, coisa que — contrariamente ao que dizem os atuais cientistas políticos — não se deve confundir com autoritarismo ou com imposição violenta. Com efeito, esta última consiste num simples ato de força pelo qual um grupo se impõe sobre o conjunto da sociedade, ao passo que a autoridade espiritual não tem origem na força bruta das armas, mas na contemplação da verdade e no empenho de ensiná-la a todos. Trata-se da ação de um professor amoroso, não de um policial violento.

Em nosso contexto atual, padecemos males gravíssimos em função da quase ausência de verdadeiras autoridades espirituais, pessoas que possam dizer ao público — com conhecimento de causa — quais livros devem ser lidos e quais devem ser evitados; quais programas de televisão podem ser vistos e quais devem ser evitados. Quando isto não é feito, o resultado é que a maioria da população acaba imersa na desordem mental e, assim, se torna presa fácil para qualquer tipo de charlatão que saiba

manipular emoções, sejam eles políticos, publicitários ou falsos pastores. Pior: quando não se identifica claramente alguém que possa ensinar com autoridade o que é certo e o que é errado, cada pessoa acaba julgando de modo cego, de acordo com seus caprichos e paixões, o que é melhor e o que é pior. O resultado é este que estamos vendo: somos uma das nações mais ignorantes e assassinas do mundo.

Fabio Florence (florenceunicamp@gmail.com) é tradutor, professor de filosofia e membro do IFE Campinas

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 04/07/2018, Página A-2, Opinião.

Tags: Ciência, Fé, Razão,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/a-ciencia-contemporanea-e-a-fe-fabio-florence/>